




---



---

**O EXISTENCIALISMO DE SARTRE: A QUESTÃO  
DA CONSCIÊNCIA DO SUJEITO NA PSICOSE**

**THE EXISTENTIALISM OF SARTRE: THE  
QUESTION OF CONSCIOUSNESS OF THE  
SUBJECT IN PSYCHOSIS**

---

**BARROS, Marcelo Vinicius Miranda<sup>1</sup>  
RODRIGUES, Malcom Guimarães<sup>2</sup>**

---

**RESUMO**

Este artigo busca determinar se a partir da filosofia sartreana – sustentada no conceito de consciência – é possível encontrar um subsídio singular para a discussão da noção de consciência na psicose. Isso será realizado com base nas formulações de Sartre sobre o tema da imaginação, tendo como pilar conceitual a “intencionalidade”, herança da filosofia de Husserl, e em oposição ao inconsciente proposto por Freud. A intenção do artigo é verificar se as obras *O imaginário*, *A imaginação* e *O ser e o nada* permitem um passo adiante no sentido de entender a psicose como uma forma de estar-no-mundo, como uma alternativa à explicação freudiana da psicose como afastamento da realidade.

**Palavras-chave:** Sartre. Consciência. Psicose.

**ABSTRACT**

This paper seeks to determine if from the Sartrean philosophy – based on the concept of consciousness as a human way of being for excellence – it is possible to find a unique contribution for the discussion on the notion of consciousness in psychosis. It will be carried out based on the Sartre’s assertions on the theme of imagination, using as a conceptual pillar the “intentionality” of Husserl and rejecting the Freudian unconsciousness. Thus, if the existential works *The Imaginary*, *The Imagination* and *Being and Nothingness* enable to take a step forward in the Sartrean conception of psychosis as a means of being-in-world, how would it possible to explain the psychosis without the possibility of withdrawal from reality by the psychotic subject and of the unconscious imperative of Freud?

**Keywords:** Sartre. Consciousness. Psychosis.

---

<sup>1</sup> Graduando em Psicologia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Bolsista do projeto de pesquisa 'Sartre e as fronteiras da escolha', financiado pelo CNPq / UEFS. Foi bolsista de extensão PROBIC/UEFS do 'Projeto de Cinema: Subjetividade, Cultura e Poder' com plano de trabalho 'Kafka e Dostoiévski: um olhar sócio, político e cultural do século XXI nas telas do cinema'. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3804791464459594>.

<sup>2</sup> Doutor em Filosofia (UFSCar/CNPq), atualmente é professor do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana, Coordenador da Pós-graduação lato sensu em Filosofia, líder do Grupo de Pesquisa "Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Filosofia" (NEF). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8316619833936970>.



## Introdução

Neste texto pretende-se entender como seria possível explicar a psicose sem a possibilidade do afastamento da realidade por parte do sujeito psicótico e do imperativo inconsciente do psicanalista Sigmund Freud. Tal entendimento se tornaria possível segundo a teoria do filósofo francês Jean-Paul Sartre, que concebe uma explicação diferenciada da psicanálise freudiana ou de outras teorias da psicologia e da psiquiatria, as quais postulam que o psicótico abandona ou sofre de uma perda da realidade.

Em seu texto *A perda da realidade na neurose e na psicose*, o psicanalista Sigmund Freud afirma que “na psicose a perda de realidade estaria necessariamente presente, ao passo que na neurose, segundo pareceria, essa perda seria evitada” (FREUD, 1996, p. 205). Na psicose, o Ego seria posto à serviço do Id, que seria um elemento inconsciente, e se afastaria de um fragmento da realidade. Ainda de acordo com Freud, na psicose haveria duas etapas:

[...] a primeira arrastaria o ego para longe, desta vez para longe da realidade [...] O segundo passo da psicose destinava-se a reparar a perda da realidade, contudo, não às expensas de uma restrição do id, senão de outra maneira, pela criação de uma nova realidade que não levanta mais as mesmas objeções que a antiga, que foi abandonada (FREUD, 1996, p. 231).

Na mesma linha de pensamento, para Hayanna Silva, “a conceituação mais usual da psicose é a psiquiátrica: uma pessoa é diagnosticada como psicótica quando perdeu o contato com a realidade e apresenta distúrbios na percepção, como alucinações.” (SILVA, 2013, p. 2) ou de acordo, ainda, com o Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais, as “alucinações são experiências semelhantes à percepção que ocorrem sem

um estímulo externo.” (DSM-5, 2014, p. 87).

Por outro lado, para Sartre isso não seria possível, já que o ser humano é consciência de ponta a ponta, ou seja, não haveria nunca essa perda ou o abandono da realidade. Ao contrário, seria justamente com base nessa mesma realidade que a fantasia e a alucinação seriam possíveis (SARTRE, 2012).

Jean-Paul Sartre não aceita o inconsciente freudiano. Em obras anteriores ao *O ser e o nada* (2012), originalmente de 1943, como *A Transcendência do Ego* (2013), de 1937, o filósofo utiliza o conceito husserliano de “intencionalidade” para afirmar que toda consciência é consciência de alguma coisa. A partir dessa premissa, Sartre não encontra mais a necessidade de se falar em inconsciente, já que, assim, seria “inútil tentar invocar pretensas leis da consciência, cujo conjunto articulado constituiria sua essência: uma lei é objeto transcendente de conhecimento; pode haver consciência de lei, mas não lei da consciência.” (SARTRE, 2012, p. 27). O que Sartre afirma é que, a partir da intencionalidade, é impossível conceber em uma consciência outra motivação além de si mesma, pois estaríamos falando de uma “consciência-inconsciente” ou uma consciência não consciente (de) si (SARTRE, 2012). Assim, “cairíamos na frequente ilusão que faz da consciência um semi-inconsciente ou passividade. Mas consciência é consciência de ponta a ponta. Só poderia, pois, ser limitada por si mesma.” (SARTRE, 2012, p. 27). O filósofo afirma ser necessário compreender a consciência como consciência de algo, como ser consciente de uma mesa, pois, caso contrário, seria consciência deste algo sem ser consciente de sê-lo, ou seja, uma consciência ignorante de si, uma consciência inconsciente, o que seria absurdo (SARTRE, 2012).

Com base na fenomenologia de Husserl, Sartre afirma que a consciência



sempre existe junto ao fenômeno como algo transcendente, fora de si. Em outras palavras, a consciência não tem conteúdo, e por não ter conteúdo, ela é *intencional*, e por ser *intencional*, a consciência surge junto com o fenômeno: as coisas, a mesa, o pensamento, a árvore etc. A palavra “intencional” se refere à característica geral da consciência de ser consciência de alguma coisa (SARTRE, 2012). Por não ter conteúdo, a consciência é um nada que precisa ser preenchido. Por isso, ela faz a análise intencional e descritiva dos objetos. Todo ato mental tem seus conteúdos, caracterizados por sua direção a um objeto. Toda crença, desejo, tem necessariamente seus objetos: o acreditado, o desejado, etc. (SARTRE, 2012). Dessa forma, o fenômeno é o objeto que é alvo, numa dialética da consciência para que a ela possa existir. Não existe consciência apontando para o nada, para o vazio absoluto. Uma mesa, por exemplo, não está na consciência, nem sequer a título de representação, ela existe num espaço físico (SARTRE, 2012).

Toda consciência posicional do objeto (fenômeno) é ao mesmo tempo consciência não posicional de si. Seguindo o exemplo de Sartre, se eu conto cigarros, somando 12 cigarros, minha consciência posicional está nos cigarros, refletindo: são 12 cigarros, mas não é posicional de mim. Ao ter consciência posicional de contar cigarros, não me “conheço enquanto contador”, simplesmente conto (SARTRE, 2012). Portanto, se a seguinte pergunta é feita: “o que está fazendo?”, a resposta é: “eu estou contando”. E esta resposta não é devida somente à consciência imediata em saber, através da reflexão, que o próprio sujeito está ciente de sua condição de contador, mas porque, quando contava, ele estava consciente de sua ação. Só que essa consciência seria pré-reflexiva ou irrefletida (SARTRE, 2012).

Todavia, não se compara a consciência irrefletida com o inconsciente freudiano, já que a consciência irrefletida é

a condição para uma lembrança e a reflexão de um passado imediato, o que seria impossível se a ação de contar fosse inconsciente (SARTRE, 2012). Também “não há primazia da reflexão sobre a consciência irrefletida, esta não é revelada a si por aquela, contrariamente, a consciência não reflexiva torna possível a reflexão: existe um cogito pré-reflexivo que é condição do cogito cartesiano.” (SARTRE, 2012, p. 24).

Dessa forma, percebemos que em nenhum momento o inconsciente foi necessário. Pelo conceito de “intencionalidade”, Sartre procura refutar o inconsciente freudiano, utilizando, dentre outras premissas, questões como: como o inconsciente age com discernimento, censura e sabe o que deve ou não reprimir um desejo, se não é consciente? Como a tendência reprimida pode disfarçar-se, já que não contém a consciência de ser reprimida; a consciência de ter sido rechaçada por ser o que é e um projeto de disfarce? Já que para Sartre, o suposto inconsciente é também capaz de “escolher”, logo só se escolhe quando é consciente. Por isso, na filosofia existencial, Sartre conceitua a consciência como pré-reflexiva. Além do mais, não se pode confundir consciência com conhecimento (SARTRE, 2012). O conhecimento estaria na ordem da consciência reflexiva e não da consciência pré-reflexiva, ou seja, como será observado mais adiante, Sartre, grosso modo, distingue a consciência do conhecimento, sendo mais preciso: a consciência reflexiva é aquela que o sujeito conhece, sabe ou reflete sobre algo, já a consciência pré-reflexiva se trata de algo que antecede a reflexão propriamente dita, assim, a consciência pré-reflexiva é uma espécie de “conhecimento” não tematizado. Porém, para Sartre, a consciência irrefletida ou pré-reflexiva não é equivalente ao inconsciente freudiano. Não se compara consciência irrefletida com o inconsciente, pois são contraditórios, como foi comentado anteriormente (SARTRE, 2012).

O filósofo afirmou que “a consciência



não é um modo particular de conhecimento, chamado sentido interno ou conhecimento de si: é a dimensão de ser transfenomenal do sujeito” (SARTRE, 2012, p. 22). Então, faz-se necessário abandonar a primazia do conhecimento, para fundamentar a consciência sartreana. Se o conhecimento é também fenômeno da consciência pré-reflexiva (pois o sujeito está consciente a respeito do que se reflete), a consciência não pode reduzir-se ao conhecimento. Como diz Sartre, também nem toda consciência é conhecimento, além da pré-reflexiva, “há consciências afetivas, por exemplo.” (SARTRE, 2012, p. 22).

Podemos dizer, em resumo, que distinguir consciência pré-reflexiva (ou consciência não-posicional) de consciência reflexiva (consciência posicional, porque a consciência posicional um objeto, o refletindo, por exemplo) é tarefa importante para entender uma possível ideia de psicose na filosofia de Sartre, pois essas duas consciências permitirão entender como um sujeito psicótico tem consciência sem necessariamente ter conhecimento dos seus atos (SARTRE, 2012).

Outra questão interessante sobre a existência da consciência pré-reflexiva são os testes do epistemólogo Jean Piaget, o qual se dedicou às áreas de Psicologia, Epistemologia e Educação. De tal modo, Sartre disse a respeito: “prova é que crianças capazes de fazer espontaneamente uma soma não podem explicar em seguida como o conseguiram: os testes de Piaget que mostram excelente refutação da fórmula de Alain: saber é saber que se sabe.” (SARTRE, 2012, p. 24). Nessa afirmação, Sartre se refere às pesquisas de Piaget que asseguram que o conhecimento adquirido pelas crianças acontece em um processo chamando de experiência ativa, ou seja, “elas experienciam os objetos sem formar conceitos, pois estes só apareceram mais tarde” (SOUZA, 2007, p. 1). Os conceitos, na perspectiva sartreana, estão no campo da consciência reflexiva, e a experiência ativa (uma das quatro forças

que moldam o Desenvolvimento Humano, segundo Piaget) está no âmbito da consciência pré-reflexiva.

Continuando com a visão de Piaget, ao se dizer que “[...] a criança apresenta mais lógica nas ações do que nas palavras” (SOUZA, 2007, p. 2) é de grande importância para o conceito de consciência pré-reflexiva, já que podemos ter uma leitura de que existe uma coerência nas ações humanas fora da consciência reflexiva ou do conhecimento, mostrando que existe um nível de consciência que é aquela: a irrefletida ou a pré-reflexiva.

Outro ponto importante dos fenômenos psicológicos do ser humano, pelo viés de Piaget, é que “a lógica das ações aparece sempre mais profunda e primitiva, sendo desenvolvida com maior rapidez, superando melhor as dificuldades encontradas” (SOUZA, 2007, p. 2). Essas observações do comportamento das crianças, por Piaget, seguindo a visão sartreana, leva-se a questionar a validade do conceito de inconsciente freudiano.

Se nos casos dos testes de Piaget, as crianças sabem resolver problemas sem uma reflexão e sim num ato “inconsciente” (pois, se perguntarem as crianças como elas resolveram a tal questão, elas não saberiam responder, só saberiam que a resolveram), então não há um inconsciente de fato, já que este saberia muito bem o que realiza. Ainda não existe conhecimento (aqui entendido como consciência reflexiva) nos fenômenos dos testes de Piaget, mas há consciência pré-reflexiva. Devido a isso, não é por acaso que Sartre esquadrinhou, como exemplo, os testes de Piaget em sua obra *O ser e o nada* (SARTRE, 2012).

### Imaginar é estar na realidade

A questão para Sartre é pertinente: se a consciência é consciência de ponta a ponta, o psicótico *foge* da realidade, como pareceu intuir Freud, ou ele usa a própria realidade para alucinar?

Já é entendido, no geral, que Sartre



realiza uma releitura da “Intencionalidade”, que é um conceito recriado por Husserl a partir de Brentano, para afirmar que toda consciência é consciência de alguma coisa. E para tentar responder à pergunta anterior, adentramos em outra obra sua: *A Imaginação* (2008), na qual o pensador afirma que a consciência precisa do fenômeno para ser consciente de algo. Assim, o filósofo se refere também à imaginação e não só à percepção das coisas, já que a imagem é imagem de alguma coisa, se referindo ao conceito sartreano de “consciência imagética”. Imagem é consciência de imagem.

Sartre considera a imagem como consciência de imagem, porque, para o filósofo, só há dois tipos de existência: “a existência como coisa do mundo e a existência como consciência” (SARTRE, 2008, p. 108). O problema é que se colocarmos a imagem como fenômeno da consciência, a imagem aparecendo à consciência, a imagem se torna independente da consciência, como se fosse um “Em-si” (objetos, coisas do mundo, o que possui uma essência, para o existencialismo sartreano). Ela existiria independente do “Para-si”<sup>3</sup>. A imagem se tornaria coisa do mundo; e, em se tornando coisa do mundo, como a consciência poderia “resgatá-la”? Isso não seria possível, pois a imagem existiria segundo as leis que lhe são próprias e não segundo a lei da consciência. Ou seja, “dar à imagem um conteúdo sensível é fazer dela uma coisa que obedece às leis das coisas e não

às da consciência: retira-se assim do espírito qualquer possibilidade de distingui-la das outras coisas do mundo” (SARTRE, 2008, p.110).

Sartre também respondeu que não é possível considerar a imagem como “resgatada” de uma espécie de inconsciente, pois a imagem já é uma consciência, ou seja, “a imagem é um ato e não uma coisa. A imagem é consciência de alguma coisa” (SARTRE, 2008, p. 137).

A saída possível é compreender a imagem como consciência, a imagem também é imagem de alguma coisa. Caso contrário, faríamos da imagem um objeto da consciência, um Em-si, e assim não haveria operação dessas imagens, estas viriam à consciência de formas autônomas, com “vontades” próprias. Além de que seria difícil distinguir tais imagens das coisas do mundo.

Assim, se um sujeito imagina um centauro ou um elefante voador, esse centauro e elefante voador não existem na consciência, é uma invenção, no sentido de que essa invenção é um estado de consciência: invenção é invenção desse elefante voador, por exemplo. (SARTRE, 2008). Toda invenção é invenção de alguma coisa. “Ao tornar-se uma estrutura intencional, a imagem passa do estado de conteúdo inerte de consciência ao de consciência una e sintética em relação a um objeto transcendente.” (SARTRE, 2008, p. 126).

Cabe salientar que o conceito de consciência em Sartre não é o mesmo que em Freud. Na obra *O imaginário* (1996), o filósofo procura definir a consciência como “Intencionalidade” para, então, tratar da consciência imaginante – ou consciência de imagem –, consciência perceptiva e demais tipos de consciência; diferentemente de Freud, que trata da consciência como um conjunto de estruturas psíquicas.

Para melhor compreensão da consciência imaginante, Sartre diferencia o objeto da percepção do objeto imaginado. Na percepção, o sujeito precisa observar o

<sup>3</sup> A consciência humana é peculiar, por isso é conceituada como Para-si. É o Para-si que faz as relações temporais e funcionais entre os seres do mundo (Em-si) e ao fazer isso constrói um sentido para o mundo em que vive, que é melhor entendido como o projeto existencial. O ser humano, então, é o Para-si, que a rigor é o Nada, pois a consciência não tem conteúdo, não é coisa alguma. O sujeito reconhece-se, então, como não-ser em busca de ser. Mas esse Nada é justamente a liberdade fundamental do Para-si, que, movendo-se através das possibilidades, poderá “criar-lhe conteúdo” (SARTRE, 2012).



objeto para compreendê-lo e discerni-lo, por exemplo:

Eu não posso saber que é um cubo enquanto não tiver apreendido suas seis faces; posso, no máximo, ver três faces ao mesmo tempo, não mais. É preciso, pois, que eu as apreenda sucessivamente [...] o próprio da percepção é que o objeto só aparece como uma série de perfis, de projeções (SARTRE, 1996, p. 20).

Nessa citação, podemos conferir que Sartre define a percepção como algo que não é dado de uma vez, mas que é preciso que o objeto da percepção se desvele aos poucos para que o sujeito saiba do que se trata tal objeto: se é, por exemplo, um cubo, quadrado etc. Já em relação ao pensamento, ao imaginar um cubo, o sujeito não precisa que o objeto apareça como uma série de perfis, de projeções. Mentalmente o sujeito não precisa “dissecar” todos os lados do objeto para compreender que o que ele imagina é um cubo. Não há necessidade de saber mais, de aprender mais sobre o objeto para saber do que se trata, ou seja, não há mais necessidade de dar voltas sobre o objeto para descobri-lo. “O cubo como imagem se dá imediatamente pelo que ele é [...] Quando digo ‘O objeto cuja a imagem tenho agora é um cubo’, emito um julgamento de evidência: é absolutamente certo que o objeto de minha imagem é um cubo.” (SARTRE, 1996, p. 21). Essa é sem dúvida, segundo Sartre, a diferença mais nítida entre o pensamento e a percepção (SARTRE, 1996).

A imagem não causa nenhuma surpresa no sujeito que a imagina, pois o saber está sempre ligado à intenção de que o objeto é isso ou aquilo. Não se compreende no objeto imaginado “nada além daquilo que tenho consciência; mas, inversamente, tudo que constitui minha consciência encontra o seu correlativo no objeto.” (SARTRE, 1996, p. 24).

Não há uma consciência passiva, por isso não há nenhuma surpresa em relação ao objeto imaginado. Mesmo que o sujeito

imagine girar um cubo, nada demais acontecerá senão aquilo que já se sabe. A relação entre a consciência e o objeto imaginado não terá nada de novo, nenhuma defasagem nessa relação consciência e objeto: “o objeto que se move não é vivo, *não precede nunca a intenção*. Mas também não é inerte, passivo, ‘agido’ de fora, como uma marionete: *a consciência não precede jamais o objeto*, a intenção se revela como tal ao mesmo tempo em que se realiza, em e por sua realização.” (SARTRE, 1996, p. 25). Assim, se o objeto não precede nunca a intenção e a consciência não precede jamais o objeto, e há uma revelação ao mesmo tempo em que se realiza, é porque a imagem é uma consciência, a imagem é essa relação consciência e objeto-imaginado. O filósofo assegura, ainda, que a consciência irrefletida visa um objeto, não somente a consciência reflexiva visa um objeto, na “intencionalidade” (SARTRE, 1996). Aqui, entramos em um ponto importante do nosso artigo.

Para que se possa descrever a consciência imaginante, é preciso outra consciência: a consciência reflexiva, que “faz” da consciência imaginante um objeto da consciência reflexiva, isto é, um conhecimento. Mas, Sartre salienta que é preciso tomar cuidado, pois toda consciência é consciência plena, senão, entraríamos em uma contradição, como uma espécie de consciência-inconsciente, o que é um absurdo. “Se a consciência imaginante da árvore, por exemplo, não fosse consciência senão a título de objeto da reflexão, resultaria que ela seria, no estado irrefletido, inconsciente de si mesma, o que é uma contradição” (SARTRE, 1996, p. 25). A consciência imaginante, mesmo irrefletida, ainda é consciência e, por isso, é preciso que ela abrigue certa consciência de si mesma. Ou, como afirma Sartre, que ela possua uma consciência não-tética (SARTRE, 1996).

Sartre, então, se vê na necessidade de melhor descrever a consciência imaginante,



que é uma consciência não-tética, que está no campo do irrefletido ou da consciência pré-reflexiva. Por isso, o autor questiona como a consciência irrefletida *coloca* seu objeto e como essa consciência aparece para si mesma na consciência não-tética que acompanha a posição do objeto?

O que acontece é que não é só a consciência reflexiva que coloca seu objeto, que é intencional, a consciência pré-reflexiva também é intencional e *coloca* seu objeto. Toda consciência é consciência *de* alguma coisa: “toda consciência coloca seu objeto, mas cada uma à sua maneira. A percepção, por exemplo, coloca seu objeto como existente. A imagem contém, do mesmo modo, um ato de crença ou um ato posicional.” (SARTRE, 1996, p. 26).

A consciência, então, se posiciona sempre, ao invés de existir um resgate de uma imagem no inconsciente, por exemplo. Como visto no início deste texto, para Sartre não faz sentido um inconsciente ou uma locação de imagens como arquivos na psique. O que acontece são posicionamentos do objeto imaginado, consciência imaginativa. E Sartre aprofunda mais:

[...] toda consciência coloca o seu objeto, mas cada uma à sua maneira. A percepção, por exemplo, coloca seu objeto como existente. A imagem contém, do mesmo modo, um ato de crença ou um ato posicional. Esse ato pode tomar quatro, e somente quatro, formas: pode colocar o objeto como inexistente, ou como ausente, ou como existente em outra parte; pode também “neutralizar-se”, isto é, não colocar seu objeto como existente (essa suspensão da crença continua a ser um ato posicional) (SARTRE, 1996, p. 26).

Dessa forma, podemos concluir que é por isso que se pode imaginar um Centauro (inexistente), uma pessoa com que se marcou um encontro, mas que não compareceu ao tal encontro (ausente), um amigo distante (existente em outra parte).

Assim, o ato posicional é ainda constitutivo da consciência de imagem. A imagem é uma consciência, é uma relação consciência e objeto, se opondo a ideia de que as imagens habitam a consciência, já que a imagem é uma consciência. Assim, a imagem é uma espécie de consciência intencional do objeto. Lembrando-se ainda que a escolha dessas lembranças, recordações ou objetos imaginados, está longe de ser uma escolha banal, pois se dá a partir da situação do sujeito no mundo.

E é através dessas conclusões seguidas até agora sobre a imaginação, o ato de imaginar, que Sartre afirma que a consciência é livre. Há outras premissas para se afirmar, segundo o filósofo, que a consciência é livre, e a imaginação é uma delas. Se lembrarmos que, como dito aqui, para imaginar é preciso que o objeto seja colocado como ausente, inexistente ou existente em outro lugar, é porque a consciência é livre (SARTRE, 1996).

É certo que para imaginar é preciso que a consciência se volte à realidade, mas ela tem a liberdade de negá-la. A consciência para produzir o objeto enquanto imagem deve poder negar a realidade desse objeto e só negará essa realidade tomando distância desta. “Colocar uma imagem é constituir um objeto à margem da totalidade do real, é manter o real a distância, libertar-se dele – numa palavra, negá-lo.” (SARTRE, 1996, p. 239).

O que Sartre deixa claro é que se a consciência fosse colocada no mundo, no real, como existente entre outros, deveríamos fazer da consciência algo passivo e submetido às leis da física e não às leis da consciência, sem capacidade de ultrapassar esse real, sem capacidade de imaginar, o que seria aberração. A consciência não passaria de um Em-si, o que é também contraditório (SARTRE, 1996).

Para Sartre (1996, p. 239), “essa consciência só poderia, portanto, conter modificações reais provocadas por ações reais, e toda imaginação lhe seria interdita,



precisamente na medida em que estaria submersa no real.”. Se a consciência é determinada por fatos psíquicos do mundo e pelo real, como pretendem alguns psicólogos behavioristas<sup>4</sup>, seria impossível para a consciência produzir alguma outra coisa a não ser o real. *Ou ainda*: a determinação da consciência unicamente pelo real e a interpretação dos processos da consciência segundo a lei da causalidade, ideias defendidas por alguns psicólogos behavioristas, significaria a impossibilidade para a consciência de produzir algo além do real. Salientando que Sartre, no entanto, tinha como meta examinar a consciência no mundo. A consciência é engajada no mundo de tal forma que o Para-si não existe sem mundo, mas ela não é determinada pelo real, não é objeto do mundo. A consciência é sempre ativa.

Por isso, segundo o filósofo, a consciência é livre, pois para que se possa imaginar é preciso negar o mundo e isso só é possível através da nadificação. A noção de nadificação implica, portanto, o próprio ato de colocar o ser como fenômeno. No entanto, seria falso confundir-se a nadificação com o aniquilamento, visto que não se trata de “destruir” o objeto, mas de retirá-lo de uma realidade de que ele não toma parte. Por exemplo, ao olhar para as nuvens para saber se vai chover, nadifica-se esse Em-si que é um gasoso com O<sub>2</sub> e outros elementos, até a intenção *se vai chover*. Não se olha então para uma nuvem simplesmente, mas a transcende para a chuva. A nuvem não foi destruída, mas houve um sentido, um significado ou valor em relação à nuvem (SARTRE, 1996).

Entretanto, dizer que a consciência é livre, não é a mesma coisa que dizer que ela é arbitrária, pois a liberdade é sempre situada, ou seja,

a liberdade da consciência não deve ser confundida com arbitrário. Pois uma imagem não é o *mundo negado*, pura e simplesmente, ela é sempre o *mundo negado de um certo ponto de vista*, exatamente aquele que permite colocar a ausência ou a inexistência de um determinado objeto que será presentificado (SARTRE, 1996, p. 240).

Sartre dá como exemplo o Centauro, que jamais poderia aparecer como irreal se a posição do real fosse arbitrária. Para que o Centauro apareça como irreal, ou como uma imaginação ou alucinação, seria rigorosamente necessário que o mundo apreendido em questão fosse um mundo como mundo-onde-não-há-centauro, ou seja, a apreensão do mundo deve ser um lugar onde o Centauro não tenha existência de fato (SARTRE, 1996), pois o Centauro sendo uma imaginação, é um ser inexistente. De maneira semelhante, a imaginação opera em relação à ausência: “para que meu amigo Pierre me seja dado como ausente, é preciso que eu tenha sido conduzido a apreender o mundo como um conjunto constituído de tal modo que Pierre não poderia estar nele *na atualidade* e presente *para mim*.” (SARTRE, 1996, p. 241).

Só deste modo Pierre pode ser imaginado como ausente e o Centauro imaginado como inexistente. Por isso que Sartre afirma que a liberdade é situada e a consciência é liberdade. Para que, então, uma consciência imagine, é preciso que ela esteja “em situação no mundo” ou ela “esteja-no-mundo”. É na situação, concreta e real, que se permite a irrealidade, a imaginação ou a alucinação: “Desse ponto de vista, apreendemos por fim a ligação do irreal com o real” (SARTRE, 1996, p. 241).

Assim, para que a consciência imaginante seja possível, ela não pode realizar um afastamento ou perda da realidade, ao contrário, é imprescindível que “esteja-no-mundo”, pois é “esse ‘estar-no-mundo’ o que constitui a condição

<sup>4</sup> “Se a consciência parece ter um efeito causal, trata-se do efeito do ambiente especial que a induz à auto-observação [...] O que o behaviorismo rejeita é o inconsciente como um agente, e está claro que também rejeita a mente consciente como um agente” (SKINNER, 1974, p.133).





necessária da imaginação.” (SARTRE, 1996, p. 242). Essa última parte da discussão sobre a imaginação fez suscitar outra questão: a psicose.

Podemos, então, concatenar também com a Gestalt-terapia, a esse respeito: o sujeito psicótico não tem a perda da realidade, tem consciência dela e a utiliza nas suas alucinações, pois é dito que os psicóticos “se ocupariam da realidade não apenas para responder às demandas da ordem da inteligibilidade social [...] mas também para simular aquilo que não encontram” (MULLER-GRANZOTTO, M. J.; MULLER-GRANZOTTO, R.L., 2012, p. 143). Ou seja, o alucinado, como sujeito para Sartre, está também de acordo com essa afirmação dos filósofos da Gestalt-terapia Marcos José Müller-Granzotto e Rosane Lorena Müller-Granzotto, ao considerarem que o psicótico não ignora de fato a realidade, pois se utiliza dela para *ser-no-mundo*, ou operacionalizar sua existência de uma forma própria ou peculiar: alucinando. A teoria da Gestalt-terapia afirma que

[...] os sujeitos servem-se da realidade – ou de aspectos dela – como se assim pudessem suprir a expectativa dos interlocutores em torno daquilo que está além da realidade. Noutras palavras, os sujeitos das formações alucinatórias, delirantes e identificatórias buscam na realidade o que haveria de substituir a virtualidade demandada na interlocução (MULLER-GRANZOTTO, M. J.; MULLER-GRANZOTTO, R.L., 2012, p. 158).

Portanto, fazendo um paralelo de Sartre com a Gestalt-terapia (e a Gestalt-terapia tem semelhança com o existencialismo, assim, aqui, não há uma conexão sem fundamento<sup>5</sup>), o sujeito

<sup>5</sup> “A visão que a gestalt-terapia tem a respeito do homem é de forma muito semelhante ao existencialismo, ou seja, como um ser particular, concreto, com vontade e liberdade pessoais, consciente e responsável. Considera também que a

psicótico em Sartre é um ser que ainda *estar-no-mundo*, mesmo que a escolha ontológica seja ir mais além da realidade. Mais adiante, neste texto, se utilizando da filosofia sartreana, será visto ainda o porque do sujeito psicótico estar-no-mundo, de não perder a realidade.

### **Se consciência é consciência de ponta a ponta, há psicótico consciente?**

Retomando alguns pontos discutidos, podemos observar que o psicótico pode ser sempre um sujeito consciente, no sentido de consciência pré-reflexiva, ou seja, ele precisa estar-no-mundo. Por exemplo:

[...] a posição arbitrária do real como mundo não poderia de modo algum fazer aparecer neste momento o centauro como objeto irreal. Para que o centauro apareça como irreal, torna-se rigorosamente necessário que o mundo seja apreendido como mundo-onde-não-há-centauro, e isso só poderá ser produzido se as diferentes motivações conduzirem a consciência a apreender o mundo como sendo precisamente de tal modo que o centauro não possa ter lugar nele (SARTRE, 1996, p. 240-241).

Sartre nos permite dizer que a condição essencial para que uma consciência imagine é que ela esteja “em situação no mundo” ou que ela “esteja-no-mundo”. É a “situação-no-mundo”, apreendida como realidade concreta e individual da consciência, que serve de motivação para a constituição de um objeto irreal. Resumidamente, a imagem só poderá aparecer sobre um *fundo de mundo* e em ligação com esse fundo (SARTRE, 1996).

O que se pode colocar como hipótese é que, assim como a imaginação, a alucinação não faz do psicótico um sujeito que perde ou abandona a realidade, como querem certos psicólogos ou psicanalistas, ou como Sigmund Freud (1996, p. 205) ao

consciência é viva, livre, intencional e orientada para as coisas” (RIBEIRO, 1998, p. 37).



dizer que “na psicose a perda de realidade estaria necessariamente presente”. Pelo contrário, é por estar na realidade que constitui a condição necessária da imaginação delirante. Para que o psicótico se imagine ser o rei de uma galáxia, por exemplo, torna-se rigorosamente necessário que o mundo seja apreendido como mundo-*onde-ele-não-é-o-rei-de-uma-galáxia*. A posição não arbitrária do real não poderia de modo algum fazer aparecer o rei de uma galáxia, que é irreal. O mesmo acontece quando um psicótico diz conversar com a rainha do século passado, é preciso que ele tenha sido conduzido a apreender o mundo como um conjunto constituído de tal modo que a tal rainha não poderia estar ali, na atualidade, e presente para ele.

Assim, se para certos psicólogos, psicanalistas e psiquiatras, o psicótico se perde da realidade; para Sartre, ele precisa conceber e estar presente na realidade ao mesmo tempo em que concebe o irreal. Se o sujeito em sua alucinação diz ver e falar com um Centauro, torna-se rigorosamente necessário que o mundo seja apreendido como mundo-*onde-não-há-centauro*, a consciência carece de apreender o mundo como sendo precisamente de tal modo que o Centauro não possa ter lugar nele, pois se o mundo fosse o mundo-*onde-há-centauro*, onde o centauro tivesse lugar na realidade, o sujeito não estaria alucinando ao dizer que o Centauro fala com ele, já que, assim, falar com um Centauro seria um fato real e não imaginário ou alucinatório, por exemplo. Portanto, o psicótico não se perde da realidade, porque na sua consciência pré-reflexiva, ele precisa estar-no-mundo, no real, para que o irreal seja concebido. Isso significa que o alucinado não perdeu a consciência e nem se afastou da realidade, ele é um ser consciente ainda de estar-no-mundo, nos termos sartreanos.

Tamanha articulação, entre analisar o mundo real para que se possa projetar algo irreal, tido como alucinação, é preciso capacidade de discernimento do mundo real, entender que determinado objeto, coisa

ou situação existe ou não, seja real ou não, e isso exige consciência, nos termos sartreano, porque discernimento demanda entendimento, perceber claramente (algo, diferenças etc.); distinguir, diferenciar, discriminar, realizar escolhas que só se faz se é consciente. Só há articulação engenhosa dessa forma se há consciência, caso contrário, é um paradoxo. Um inconsciente é engenhoso, é capaz de discernir ou escolher? Não, pois, como visto no início deste texto, seria uma contradição haver um consciente-inconsciente (SARTRE, 1996). O inconsciente freudiano, então, para Sartre, seria um ato de má-fé, este é um conceito na filosofia sartreana que será discorrido a seguir.

### A má-fé e a psicose

Para uma melhor conclusão do texto, é preciso analisar ainda algumas questões mais específicas. Inicialmente, antes de adentrar no conceito de má-fé na filosofia de Sartre, que será um ponto importante desta discussão, se faz necessário algumas interrogações a partir dessa afirmação: “o sonho é uma experiência privilegiada que pode ajudar-nos a conceber o que seria uma consciência que teria perdido seu ‘estar-no-mundo’ e que seria privada, ao mesmo tempo, da categoria do real” (SARTRE, 1996, p. 230). A pessoa que alucina tem consciência, considerando a filosofia sartreana, de que não se trata de algo real, mas de uma fantasia – de algo que se passa no imaginário, como em um sonho que é necessário a consciência pré-reflexiva, já que a consciência reflexiva “destrói o sonho, pelo fato de colocá-lo como é, enquanto confirma e reforça a consciência refletida no caso da percepção” (SARTRE, 1996, p.212).

O sujeito psicótico, que alucina, se encontra num mundo imaginário, consciência imaginante, e que toma uma imagem como uma percepção, de forma consciente, ou seja, há consciência de crer:



uma imagem se formou que é dada como imagem, conservando seu caráter irreal. Simplesmente ela se coloca para si, ela paralisa o curso dos pensamentos. Mas o doente não perdeu de vista que seus perseguidores só podem dar-lhe esta ou aquela “visão”, esta ou aquela “audição”, por intermédio de sua própria atividade criadora (SARTRE, 1996, p. 206).

É o próprio sujeito psicótico que cria a sua alucinação e acredita nela, pois a sua consciência irrefletida dessa alucinação é consciência não-tética de si mesma como simples crença, ou, com outras palavras, é, pois, “confiança cega, já que crer é ter confiança. Simplesmente, na medida em que é consciência de crer, não é consciência de saber” (SARTRE, 1996, p. 213). Assim, a consciência está presente na alucinação, como ainda no sonho, porém não como consciência reflexiva ou conhecimento, ou consciência de saber, mas sim como consciência de crer.

A questão central, então, da psicose se torna, portanto, a crença: “[...] *de que modo o doente pode acreditar na realidade de uma imagem que se dá por essência como um irreal?*” (SARTRE, 1996, p. 199). O alucinado crê na alucinação mesmo consciente de que não se trata de algo real. Poder-se-ia supor então, que o psicótico toma, na verdade, uma decisão? Sim, pois, para Sartre, estamos fazendo sempre escolhas, e essa decisão pode ser também pela má-fé.

É preciso discutir a má-fé, pois esta é o que Sartre vai afirmar como característica do inconsciente freudiano, o qual é uma alternativa de explicação para as alucinações que o filósofo francês não concorda. Mas, o que é o conceito de má-fé? Basicamente, para o filósofo, a má-fé é uma tentativa frustrada de negar a liberdade, pois o homem só pode negá-la na medida em que ele é livre para isso. É por ser liberdade que o homem escolhe ser de má-fé, e ele a escolhe como estratégia de fuga da angústia da decisão e das

consequências desta (SARTRE, 2012). Agora, o foco, antes de tudo, então, é um pouco peculiar sobre a má-fé: como é possível que ela se desenvolva?

Um princípio da má-fé é: o que é o que não é, ou, “como ser que é o que não é e não é o que é” (SARTRE, 2012, p. 110). Assim, a má-fé exige que o sujeito não seja o que é, ou melhor, “que haja uma diferença imponderável a separar o ser do não ser no modo de ser da realidade humana” (SARTRE, 2012, p. 114), e para isso a má-fé precisa da nadificação<sup>6</sup>. Só porque o Para-si “entra em processo” de nadificação, que a má-fé é possível, na verdade, o Para-si é o próprio processo nadificador (SARTRE, 2012).

Portanto, Sartre diz: “capta-me positivamente, como corajoso, não o sendo” (SARTRE, 2012, p. 114). O sujeito, então, está sempre separado da sua essência (pela nadificação), pois a essência do sujeito é uma consciência de ser algo, no caso, a consciência de ser corajoso, ligado à consciência reflexiva, cristalizando uma espécie de Eu, que é um fenômeno da consciência pré-reflexiva. Portanto, o sujeito acha-se sempre separado de sua essência por um Nada. Ou seja, o Eu-corajoso, que é a essência, é um fenômeno da consciência e assim se diz: “sou corajoso”, mas de fato não é, no máximo, está corajoso (SARTRE, 2012).

Se o Nada é uma facticidade, ao sujeito não compete a escolha dessa situação, cabendo, indiscutivelmente, eger a sua atitude diante dela ou diante do Nada, imprimindo-lhe um sentido a partir de seus próprios fins: projetando-se rumo aos seus objetivos, preservando o passado com ele e decidindo por meio da ação qual o seu sentido (SARTRE, 2012).

O Para-Si é essa mescla de transcendência e facticidade. Por causa, então, da transcendência, o Para-Si não é o

<sup>6</sup> A nadificação é a própria consciência que se desprende ou não coincide com os objetos (Em-si) e com si mesma, que a faz negar o ser percebido.



que é e é o que não é, ou seja, tem de ser esse *Ser* que não é, e é assim que a má-fé se apresenta e “tenta também me constituir como sendo o que não sou.” (SARTRE, 2012, p. 114).

Salientando que a má-fé não é expressa pela consciência reflexiva, porque ter consciência de “não ser o que se é” não significa ter conhecimento disso, está na ordem da consciência pré-reflexiva e, como sabido, consciência não é sempre sinônimo de conhecimento. Ou, “entendemos bem que não se trata de uma decisão reflexiva e voluntária, e sim de uma determinação espontânea de nosso ser. *Fazem-nos* de má-fé como quem adormece e somos de má-fé como quem sonha.” (SARTRE, 2012, p. 116).

O sonho é um exemplo de má-fé: “uma vez realizado esse modo de ser, é tão difícil sair dele quanto alguém despertar a si próprio: a má-fé é um tipo de ser no mundo, como a vigília ou o sonho.” (SARTRE, 2012, p. 116).

O que ocorre é que o sonho está na ordem da consciência pré-reflexiva e não na ordem da consciência reflexiva. Dessa forma, a consciência pré-reflexiva crer na realidade do sonho, mas por não ser reflexiva, ela não reflete essas crenças como crenças, ou seja, há consciência no sonho, mas não o conhecimento sobre o sonho, por isso o pré-reflexivo não duvida da “realidade” apresentada, a saber: o sonho, e, assim, situando-se a má-fé. Pode-se retomar aqui que o sonho também é consciência de crer, mas não consciência de saber (SARTRE, 2012).

Isso só é possível porque, pelo que se pode notar, a consciência pré-reflexiva não se compromete com o posicionamento de algo, como ocorre na consciência reflexiva. Pelo contrário, o pré-reflexivo se dar num fluxo espontâneo de experiências e vivências que capta os objetos de forma imediata. O sonho, então, é uma crença. Frisando ainda que a má-fé não é mentira, pois a mentira tem como ideia a de que o mentiroso tem conhecimento de que mente.

Já a má-fé não se tem o conhecimento de que mente, só se há consciência irrefletida (SARTRE, 2012).

Agora é possível compreender como se pode comentar de consciência e ao mesmo tempo da má-fé, e se perguntar como pode existir uma espécie de mentira onde o enganador e o enganado é a mesma pessoa? Porque, primeiro, o Para-si é um Nada, já que se é o que não é e não é o que se é; segundo, a consciência sempre é consciência de alguma coisa, como visto aqui; e terceiro, a consciência não é sempre sinônimo de conhecimento. Por isso, há todo um desdobramento, como o fugir de si, não o coincidir consigo mesmo e estar sempre à distância de si. A pessoa busca, então, fugir de sua condição de Para-si para tentar, sem sucesso, coincidir consigo mesmo, ao modo de ser do Em-si (SARTRE, 2012).

Lembrando que a má-fé não é reflexiva e sim consciência pré-reflexiva. Logicamente, se essa consciência é um Nada e é consciência, fica claro, agora, que a vida da consciência consiste em “almejar” algo que ela não é, buscando como coincidir plenamente com o “aquilo” que não ela mesma, através da intencionalidade (consciência é sempre consciência de alguma coisa). Ao considerar que consciência é sempre consciência de alguma coisa, é óbvio que a consciência pré-reflexiva é sempre consciência de algo e por isso é o que não é, permitindo surgir a má-fé, que não é mentira, já que consciência não é sempre saber.

Por isso que um psicótico que se proclama o rei de Roma não está agindo inconscientemente num surto psicótico, como quer a psicanálise freudiana. Não está agindo inconscientemente que é o rei de Roma, como também não está fingindo ser o tal rei, pois ele acredita ser sim o rei de Roma. A questão é que, na psicose, onde Freud coloca como explicação o inconsciente, Sartre coloca a má-fé. O fato existencialista é que a consciência pré-reflexiva é sempre consciência de algo e



não é o que é; logo o alucinado se proclamando que é o rei, não é o rei, mas por que ele insiste, então, em ser o rei? Porque como a consciência é intencionalidade e é um Nada, ela está sempre buscando como coincidir plenamente com o “aquilo” que não é ela mesma, no caso, coincidir com o rei. Logo o psicótico está agindo de má-fé e ele age querendo ser o rei não por fingimento, ou mentira, pois a má-fé está no campo do pré-reflexivo, ele age sem conhecimento (SARTRE, 2012). Ou, com outras palavras, há, na psicose, consciência de crer, mas não consciência de saber (SARTRE, 1996).

Enfim, para Sartre não importa o que nos foi dado ou o que está aí como constituído, o importante é o que nós fazemos com o que recebemos; assim, o sujeito se configura e configura seu mundo de um modo concreto, segundo as situações que esteja vivendo, pois ele precisa estar na realidade, para que o irreal seja ideado. Ou seja, sua única loucura está em se acreditar louco (SARTRE, 1996).

## Referências

### DSM-5. Espectro da Esquizofrenia e Outros Transtornos Psicóticos. In:

\_\_\_\_\_. O Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais. American Psychiatric Association. [Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento... et al]. Porto Alegre: Artmed, 2014.

FREUD, Sigmund. **A perda da realidade na neurose e na psicose.** In: \_\_\_\_\_. O Ego e o Id e outros trabalhos (1923-1925) Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

MÜLLER-GRANZOTTO, Marcos José; MÜLLER-GRANZOTTO, Rosane Lorena. **Clínicas Gestálticas: Sentido ético, político e antropológico da teoria do self.** São Paulo: Summus, 2012.

RIBEIRO, Walter. **Existência essência.** São Paulo: Summus Editorial, 1998.

Vol. 11, Edição 18, Ano 2016.

SARTRE, Jean-Paul. **A Imaginação.** Edição 6, Porto Alegre: L&PM, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Imaginário.** Volume 46, São Paulo: Ática, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Ser e O Nada: Ensaio de Ontologia Fenomenológica.** Edição 21, Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

SILVA, Hayanna Carvalho Santos Ribeiro. **Psicose e Crises Psíquicas Graves: uma investigação pelo método de Rorschach.** Brasília. p. 134. [Dissertação]. Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura. Universidade de Brasília - UNB, 2013.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Sobre o Behaviorismo.** Edição 5, São Paulo: Editora Cultrix, 1974.

SOUZA, Kênia Bomtempo. **Piaget e a construção de conceitos geométricos,** [On-line], 2007, Temporis[ação], Goiás, v. 1, nº 9, Jan/Dez 2007. Núcleo de Editoração Eletrônica – NEE. Universidade Estadual de Goiás (UEG). Disponível em: <<http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/temporisacao/article/view/30/49>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2015.